

ALGUMAS GEOGRAFIAS SOBRE A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA.

THE FRENCH-BRAZILIAN BOARDING AREA: SOME GEOGRAPHICAL VIEWS

QUELQUESGEOGRAPHIES SUR LA FRONTIERE FRANCO-BRESILIENNE

Carlo Romani

Universidade Federal do Ceará, UFC.
Professor de História Contemporânea
E-mail: caromani@ig.com.br

Resumo

A área de fronteira ao longo do rio Oiapoque, entre o atual estado brasileiro do Amapá e a Guiana Francesa, foi palco de uma longa disputa litigiosa entre os dois países. Este artigo analisa diferentes olhares sobre essa região que denotam formas de interpretações geográficas apropriadas para cada um dos discursos encontrados. Começamos com o olhar de autoridade do geógrafo portador do saber sobre o espaço físico e seguimos com a visão oficial do governo brasileiro em sua missão de ocupação e colonização que será confrontada com os relatos que permaneceram dos primeiros ocupantes do território, preocupados com sua própria sobrevivência cotidiana, para além de qualquer interesse de pertencimento ou construção de formas de estado ou nação. Para isso utilizaremos as análises sobre geografia e poder e também o conceito de heterotopia presente nos escritos de Foucault.

Palavras chave: imperialismo, poder, heterotopia, Amapá, Guiana Francesa.

Abstract

The boarding area by along Oiapock River, between nowadays Amapá Brazilian State and French Guyana, was the stage of a long content litigious amid both countries. This article analyses some geographical views over the region. We began the text with the authority based on the scientific view over the space. By the way, we followed with the official speech of the Brazilian's government presented to support his mission for colonization and occupation of the northern territory. By other hand, this last official speech was enfaced by popular testimonies of ancient inhabitants of the region, people more worried with their day-a-day survivor than any new expectative to belongs or not

belongs to a national state. We intend to enrich this understanding with the speech wrote by Foucault on power and geography and, also, his heterotopy concept.

Keywords: imperialism, power, heterotopy, Amapá, French Guyana.

Resumè

Le long de la rivière Oiapock, entre la region brésilienne appelé Amapá et la Guyane Française, a été scène d'une longue dispute litigieuse entre les deux pays. Cet article analyse des différents points de vue sur cette région et les interprétations géographiques correspondantes à chacun de ces discours. D'abord, la discussion s'occupe du savoir à propos de l'espace physique présent dans le discours scientifique du géographe. On aborde, ensuite, la version officielle du gouvernement brésilien en ce qui concerne au soutien donné à sa mission d'occupation et colonisation de la région, contre laquelle il sera heurté les témoignages des premiers habitants, plutôt préoccupés de leur survie quotidienne que de l'appartenance ou construction d'un état ou nation. Cette étude est menée avec l'utilisation des notions de géographie, pouvoir et hétérotopie présentes dans la pensée de Michel Foucault.

Mots-clefs : impérialisme, pouvoir, hétérotopie, Amapá, Guyane Française.

TERRITÓRIOS E PODERES

Há diferentes olhares e há diferentes lugares. E há, sobretudo, diferentes modos de ver os mesmos lugares. Os olhares são movidos por diversos objetivos de interesses, jogos, necessidades, enfim, por uma gama múltipla de desejos, ora mais parecidos ora mais estranhos, mais divergentes ou convergentes, que se aproximam e se afastam conforme as estratégias utilizadas por cada um que narre os fatos e segundo o momento em que eles ocorrem.

O olhar sobre a terra não foge a esta tônica. A descrição do que foi visto, como foi visto e para qual motivo foi visto, passa pela interpretação do observador. Portanto é uma atitude carregada de subjetividade e que muitas vezes tem o propósito de se tornar absoluta objetividade. Quando se tratam de territórios, domínios, espaços a dominar ou espaços dos quais se pretende ter a posse, a Geografia opera com o registro de alguém dotado de um saber autorizado, seja pela ciência que este alguém professa, seja pela notória experiência que ele tem sobre aquela área, tema ou causa. Esta delegação de poder se presta a um resultado que, dentro daquelas estratégias mencionadas acima, atende aos objetivos de quem ainda pretende ser o dono ou soberano ou de quem já é aceito como tal. Ela enseja uma relação entre autoridades. Uma relação que estabelece

convivências entre o poder que autoriza o portador do saber, e o poder deste último em legitimar o desejo daquele que pretende exercer a dominação.

Partindo desta compreensão inicial, podemos ler os documentos deixados, tanto pelos viajantes dos séculos XVII e XVIII, como pelos exploradores dos séculos XIX e XX, como sendo peças especiais do jogo praticado pelo exercício de poder dos Estados com o objetivo de cartografar áreas e definir estratégias de ação no território pesquisado. Michel Foucault cita um fato com reservas, possivelmente um fato impossível de ser comprovado, sobre um pesquisador que, consultando a correspondência diplomática da época de Luís XIV, percebe que as delirantes narrativas produzidas por um viajante seriam, na verdade, informações codificadas sobre os recursos naturais, econômicos e militares da região visitada (FOUCAULT, 1995: 163). Quem sabe, não tenha sido esse viajante alguém em visita ao norte do Brasil naquela época ainda muito cobiçado pela Coroa francesa?

Contudo, não é preciso retornar ao século XVIII. Podemos permanecer ao longo do século XX e ingressar no atual, para observar a mesma situação. Muitas das viagens de pesquisa de missões estrangeiras científicas ou religiosas na área definida como parte integrante da Amazônia legal brasileira são, de fato, missões de empresas enviando equipes de cientistas e pesquisadores para mapear a diversidade da fauna e da flora nativa. Essas missões pseudo-humanitárias para com os povos indígenas, às vezes, camuflam objetivos muito mais específicos como, por exemplo, o de obterem mudas de espécimes desconhecidas da farmacopéia ocidental, mas que já são notoriamente conhecidas pelos usuários nativos que dominam aquele saber na cura de diversos tipos de enfermidades. Nesse caso, são as grandes corporações farmacêuticas e químicas e os laboratórios de pesquisa em centros de excelência os beneficiários diretos com a patente genética das espécies exploradas.

É evidente que não se trata da mesma situação ocorrida entre os séculos XVII e XIX. Porém, a relação existente entre o exercício desse poder científico legitimado pelos saberes oficiais, contando com o auxílio anônimo dos saberes locais, e praticado em benefício de um centro de poder, agora não mais na figura do Estado nacional, mas sim das grandes corporações transnacionais continua mantendo-se.

Ora, se no presente a ação de pesquisadores biólogos e químicos se coloca a serviço dos grandes laboratórios industriais, lá no passado, a informação obtida através da exploração coordenada por geógrafos, naturalistas e, muitas vezes até engenheiros, foi utilizada pelas autoridades coloniais, pelos industriais e grandes negociantes. O geógrafo Henri Coudreau nas duas últimas décadas do século XIX, como se mostrará adiante, talvez seja o exemplo mais bem acabado desse tipo de explorador atuando nessa região, chamada na época de Guiana Brasileira. É sobre esse modo do exercício da Geografia que fala Foucault quando diz que *“existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território.”* (FOUCAULT, 1995: 158)

Foi justamente por passar à margem dessas questões relativas à produção do saber a partir de uma perspectiva da ocupação dos espaços, que a Geografia foi considerada durante todo o século passado como o patinho feio das Ciências Humanas. Num século herdeiro do historicismo dominante no anterior, foram as idéias de tempo, de duração, de continuidade ou, mais recentemente, de descontinuidade temporal, que determinaram as análises de dominação social, econômica e até cultural inspirada nos conceitos desenvolvidos pelo materialismo histórico. Foucault, no decorrer de sua obra, foi-se afastando de seus contemporâneos estruturalistas em direção à construção de uma analítica própria do poder. Nesse percurso realizado no decorrer de seu trabalho recorreu freqüentemente a problematizações girando em torno das práticas cotidianas da vida e do espaço onde elas, efetivamente, ocorrem; nos espaços que são efetivamente vividos e nas relações de convivência que efetivamente se estabelecem neles.

Mesmo sem ter dado à disciplina da Geografia, ou pelo menos sem ter explicitado em sua obra a importância que a Geografia Humana teve na elaboração de seus trabalhos, fica claro como há neles uma permanente preocupação em analisar os espaços em que se constituem as relações de poder. Não é no grande leito do tempo que corre inexoravelmente sem freio que estão estabelecidas as principais problematizações levantadas por Foucault. Evidentemente que elas são históricas e, portanto, temporais, mas parece que é na produção da vida no espaço onde ela se realiza e, portanto, na análise das condições de produção deste espaço, que se assenta o trabalho do filósofo francês. O geógrafo Edward Soja analisa os estudos feitos por Foucault a partir de uma

perspectiva espacial, o que inferiria uma mudança de rumos na concepção da Geografia da pós-modernidade. Ele fala dessa nova espacialização da história como se fosse “uma configuração sincrônica” ou “*a feitura da história entremeada com a produção social do espaço, a estruturação de uma geografia histórica*” (SOJA, 1993:27).

Mesmo em autores que rechaçaram qualquer vinculação ao pós-modernismo, encontram-se os mesmos traços, formulam-se os mesmos problemas que remetem a Geografia atual para outra dimensão teórica. Milton Santos, em sua fase após o retorno do exílio, parte de uma conceituação histórica pela qual “*a construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta*” (SANTOS, 1978: 213). O espaço não se constitui fora da vida humana, ele surge se desenvolve e se organiza como espaço social e historicamente produzido. Santos também observa que “*o exercício da vida exige de todos uma referência constante a um grande número de lugares*” e que “*mesmo onde moro, freqüentemente não sei onde estou*” (SANTOS, 1997: 19). Porém, ele compreende esta multiplicidade de espaços superpostos como uma característica somente gerada no mundo contemporâneo globalizado. Para ele, essa fragmentação é fruto da lógica que regula a distribuição do desenvolvimento das técnicas que intencionalmente constitui uma hegemonia na construção dos espaços. Aqui, nesta abordagem, estabelece-se uma diferença com o pensamento de Foucault no que tange ao uso da espacialidade do território, uma vez que a vida se realiza realmente e não virtualmente. A hegemonia de que Santos fala pode até ser compreendida, em sua forma econômica ou política, na produção física dos espaços hegemônicos; contudo, as relações humanas que se engendram e desdobram nesses mesmos espaços do cotidiano ultrapassam, na plena realização da vida, essa redução nominal a uma possível ordem hegemônica.

A esses espaços efetivamente vividos e socialmente produzidos, Foucault deu o nome de heterotopias. Esse espaço seria capaz de superpor num único lugar real, diversos espaços, diversos locais que em si seriam incompatíveis (FOUCAULT, 2003). Essa outra espacialidade da vida humana, o espaço outro como ele também o denominou, não é um espaço fora do lugar ou vazio de substância, mas o espaço real esquecido pela Geografia, que mesmo em sua especificidade mais Humana, de fato o desprezou. Tratam-se dos lugares e das situações em que ocorrem as práticas que fogem à análise das grandes estruturas ou até mesmo das histórias sociais. Lugares onde as

hierarquias previamente estabelecidas são re-significadas, abrindo vias para uma compensação insurgente da realização da vida.

Talvez seja também possível associar a heterotopia a uma espécie de geografia local, a uma espécie de saber que se caracteriza pela prática comum da subjetividade. Um saber espacial montado em bases diferentes daquelas conhecidas pelos acadêmicos e tradicionalistas e que não reclama para si, pelo menos dentro de seu discurso, conhecimento objetivo algum. Um saber que se distingue daquela antiga idéia de espaço visto através dos mapas, ou do espaço visto de topo e representado no plano, visão utilizada pelos antigos exploradores europeus. Também passa por uma interpretação pessoal, e por análises distorcidas pela ação de suas necessidades, mas não visa estabelecer naquele espaço nenhuma exclusividade de domínio. Passa fundamentalmente por um reconhecimento necessário do terreno para garantir a sobrevivência de quem nele habita ou habitará. É uma espécie de geografia de resistência ou, melhor dizendo, de sobrevivência. Um olhar sobre o lugar de quem estabelece com ele relações de uso cotidiano para viver, ou sobreviver, da melhor forma possível. Também pode ser o olhar de alguém que teme o lugar, e sente-se pequeno ante o poder da natureza e o domínio do soberano, que, mesmo distante, a cada tanto insiste em fazer valer sua presença, inclusive com o uso da força bruta. Essa geografia necessita de olhares táticos, de visadas curtas e rápidas, microscópicas, que percebam o inusitado, os perigos, as rotas de fuga e as possibilidades de permanência no lugar.

Podemos considerar este segundo tipo de Geografia como sendo uma forma de saber local, um saber não legitimado, quase que completamente desqualificado no jogo das relações entre os saberes e os poderes estabelecidos para a demarcação, implantação e delimitação dos domínios nas ações administrativa e militar. Porém, um saber que, embora tecnicamente desqualificado, foi ele que, viajantes, exploradores e pesquisadores, usaram e continuam usando para alcançarem seus objetivos. Tanto nos percursos realizados pelos cientistas pioneiros na exploração amazônica, como no acompanhamento dos geógrafos do século XIX, e, na atualidade, no mapeamento dos espécimes nativos. Esse saber local, essa memória, na maioria das vezes guardada e repassada com base na tradição oral, nesses casos, então é imediatamente reativado. E tão súbito quanto aquele saber local foi usado pelos cientistas para alcançarem seus

propósitos, esses que se proclamaram os detentores de um saber legítimo o descartam como muito bem sabemos como tem sido feito.

Portanto, o que faremos a seguir é um breve olhar sobre algumas dessas distintas geografias observadas no palco onde se desenrolam as ações narradas neste trabalho. Este nosso curto estudo dos desenhos da superfície é apenas uma cartografia amadora que tenta investigar, preliminarmente, as relações estabelecidas entre as diferentes pessoas com o território que ocupam. Aqui não há nenhuma pretensão em se fazer um extenso histórico ou um profundo apanhado daquela geografia de fronteira. Vamos somente dar uma mirada diferenciada, enfocando alguns poucos documentos disponíveis sobre o lugar e produzidos por diferentes atores. O que interessa aqui, ao nosso panorama de olhares, é captar um pouco desses diversos interesses em jogo a que nos referimos acima e as diferentes “geografias” usadas para cartografá-los e grafá-los.

VER E REGISTRAR: O OLHAR DO CIENTISTA.

“O thalweg do Oyapock é a linha divisória do Brasil com a Guyana francesa. Nasce nas Serras de Tumuc-Humac, ao oeste do Pico Crevaux (358 m) e corre em direção geral NE. Antes de desembocar no Oceano, o rio Oyapock forma um largo estuário habitualmente chamado ‘Baía do Oyapock’, cuja entrada é assinalada de longe por uma colina de 102 m de altura, que se ergue na beira-mar, marcando o fim da margem esquerda do rio: é a Serra de Prata (Montagne d’Argent), assim denominada por ter, nas suas encostas, abundância de ‘embaúbas’ (Cenopia) de tronco esbranquiçado e cujas folhas quando viradas pelo vento, mostram a face inferior de um branco prateado. No fundo da baía, pouco afastada da mesma margem esquerda sempre escarpada, nota-se outra colina, o Monte Lucas (148 m). A margem direita, ou lado brasileiro, ao contrário, é baixo e alonga-se mais para o norte formando o Cabo Orange, ponta arenosa terminada por um mangue. A distância entre a Serra de Prata e o Cabo d’Orange (boca da baía do Oyapock) é de 25 km.

O Baixo-Oyapock tem uma largura de 600 a 1000 m até o núcleo colonial brasileiro de ‘Cleveland’, a 85 km do Oceano, no pé da primeira Cachoeira, a C. da Grande Rocha; é navegável a vapor somente na preamar, até a vila de Oyapock, a antiga ‘Demonty’, a 52 km da costa; 25 km a montante está o lugar denominado S. Antonio, posto militar, em frente do povoado francês de ‘Saint Georges’, importante centro comercial. Além desse porto, o leito do rio tem muitos baixios e pedras perigosas; as margens são montanhosas.

O clima, em geral, não é insalubre; os mosquitos, abundantes no curso inferior, desaparecem pouco acima de Cleveland.

‘Rio Oyapock – (Explor. Leblond –1788 – Adam de Bauve –1830 – Leprieur – 1832 – J. Crevaux –1878 – H. Coudreau –1888 – Pedro de Moura –1931)’.”

(LE COINTE, 1945: 50-1)

Além dessa pequena lista acima de geógrafos e exploradores citada por Le Cointe em seu verbete sobre o rio Oiapoque, poderíamos ainda nomear o brasileiro Joaquim Caetano da Silva como um dos grandes mestres que desenvolveram um significativo reconhecimento geográfico daquela área. Os seus dois volumes denominados *L’Oiapoc et le Amazone* (1861), apesar de escritos em francês e de compilarem trabalhos de geógrafos anteriores, compõem o único registro verde e amarelo sobre a região durante o século XIX. Caetano antecede o trabalho dos internacionalmente consagrados Jules Crevaux e Henri Coudreau. Seu esforço não foi em vão. O Barão do Rio Branco se apoiou nesses dois volumes para construir seus argumentos de defesa na disputa judicial travada com a França pela posse do território contestado entre os dois países. Somente após o laudo de Berna (a Suíça de fala alemã foi o local “neutro” onde se montou o Tribunal para resolver este litígio franco-brasileiro) é que o curso do rio Oiapoque passou a ser oficialmente aceito como o delimitador natural da fronteira definitiva entre o Brasil e a colônia francesa. Os livros de Caetano ajudaram a demonstrar ao júri que o país conhecia relativamente bem o lugar que reclamava. O olhar do cientista reproduzido neste caso serviu para alimentar a autoridade do governo em suas relações internacionais.

Retornando ao texto datado de 1945, seu autor montou um manual descritivo de geografia do Pará numa época em que a contenda pelo domínio da fronteira já estava solucionada. Assim, Paul Le Cointe sentiu-se autorizado a manter a isenção científica na elaboração de seu trabalho, o que caracteriza a objetividade do pesquisador, coisa com que seus antecessores franceses e brasileiros não se preocuparam. Afinal, no século XIX, o território ainda se encontrava em disputa e nesses casos, a Geografia é um saber desenvolvido a serviço dos poderes dos estados nacionais. Mas, quando Le Cointe escreveu seu trabalho esse problema já havia sido superado há tempos, pelo menos juridicamente. Apesar de havê-lo elaborado com base no registro de cinco exploradores anteriores a ele (os franceses Leblond, Bauve, Leprieur, Crevaux e Coudreau), o geógrafo incluiu também um contemporâneo seu em sua lista de referências, o engenheiro e geólogo brasileiro Pedro de Moura. Ignorou, contudo, Caetano. Justo o

brasileiro que mais se aprofundou nos estudos do Amapá. Talvez por este ter-se envolvido na contenda geográfica com os franceses atendendo ao interesse diplomático brasileiro e ter também se envolvido em uma pendenga particular, em uma disputa pessoal com Coudreau. Talvez os brios pátrios de Le Cointe o tenham feito ignorar Joaquim Caetano, talvez.

O geógrafo e professor francês que se instalou e viveu em Belém, desde a última década do século XIX, produziu extensos estudos sobre a Amazônia brasileira, em particular sobre as árvores e plantas indígenas da floresta. Seu livro *Amazônia brasileira* (1947) é um detalhado estudo sobre a biodiversidade tropical. Utilizou-se do saber indígena e dos nomes vulgares para classificar as plantas nativas e suas propriedades farmacêuticas e medicinais. Contudo, em nenhum momento fez referência àquele saber local com o qual dialogou durante dezenas de anos para compor sua grande obra. Em nenhuma página encontra-se qualquer tipo de referência à forma como obteve aquelas informações e os resultados alcançados. O saber comum das populações nativas que guardaram durante tantos anos os segredos medicinais e os usos aplicativos das plantas da floresta foi ignorado, até desqualificado, quem sabe tido como um saber desperdiçado, uma vez que não disponibilizado a serviço do Estado, da Ciência e do progresso das relações produtivas capitalistas.

Contratado pelo governo paraense, Le Cointe conseguiu apoio financeiro para publicar este primeiro livro de Geografia sobre o Pará com o objetivo de ser usado nas escolas do Estado. No verbete reproduzido acima, que trata da descrição do Oiapoque, ele limitou-se a dar as informações gerais necessárias sobre um rio cuja maior importância é aquela de servir de fronteira. Portanto, os aspectos geográficos físicos em si são os privilegiados. O mais importante para ele é saber que do Tumucumaque ao Cabo Orange se estabelece essa divisa brasileira mais ao norte e dar um breve resumo de seu relevo. Num segundo plano – vejam bem, ainda não há a menor preocupação em se fazer uma geografia humana – ele pontua os núcleos populacionais lá existentes e o difícil acesso àquela região. Erra ao confundir a vila de Demonty com a cidade de Oiapoque (são dois lugares distintos como veremos adiante), cujos primeiros nomes foram Martinica e depois Espírito Santo¹. O núcleo Cleveland, ou Clevelândia do Norte,

¹ Cf. documentos da Prefeitura de Oiapoque.

surge como o último local povoado de uma fronteira em que os mosquitos são os seus freqüentadores mais abundantes.

As escassas vidas humanas que habitam suas margens, as cabanas, choupanas e taperas montadas ao longo do rio por moradores isolados que sobrevivem à custa do que a natureza lhes oferece; o tráfego de pirogas subindo e descendo o curso d'água como se fosse uma avenida aberta na selva, as pequenas chatas estacionadas em suas margens pelos aventureiros em busca de ouro, nada disto interessou ao olhar de Le Cointe. A sua geografia é um saber a serviço de uma relação de poder. Nesse caso, registrar, classificar, cartografar e transmitir os resultados àqueles que usarão seus estudos para explorar a terra. Uma relação de poder estabelecida com a administração do saber, como nos falou Foucault, na qual interessa a descrição e classificação de um território conquistado, mas ainda não de fato dominado. O seu olhar observou o interesse pátrio do conhecimento ralo nessa fronteira distante. É provável até que nunca tenha visto de fato aquelas paragens, ou nem ao menos por lá tenha navegado, como Joaquim Caetano também, provavelmente, nunca por lá esteve. Nem precisariam. Muitos outros antes já haviam feito esse trabalho de exploração, já haviam visto as riquezas existentes. Aqui o interesse foi somente o de sistematizar o conhecimento existente já adquirido e estabelecer com ele uma relação para poder ser negociado e usado com e pelo Estado.

Vidal de la Blache, outro grande geógrafo esquecido por Le Cointe, o francês que se debateu com Rio Branco no Tribunal de Berna, também não conhecia aquelas terras. Apresentou, todavia, ao júri da contenda internacional, como grande pesquisador, um conjunto impressionante de mapas e documentos. Vários tomos denominados *Le contesté franco-brésilien en Guyane* (1898 e 1901) que comprovariam da forma metodológica mais precisa ser a localização da fronteira do Oiapoque outra que não a atual: um outro rio, o Araguari, existente muito mais ao sul, no limite reclamado pela França como sendo a sua divisa territorial. Todo esse aparato, porém, não foi suficiente para o convencimento dos juízes em sua decisão quanto ao domínio daquelas terras. La Blache não conhecia as gentes que as habitavam, seus desejos, nem os interesses que as moviam. Como bem percebeu o geógrafo Roberto de Oliveira, "*La Blache minimizou ou praticamente menosprezou a participação humana na questão geográfica que tratou, incidindo no erro naturalista que tanto criticara em Ratzel*" (OLIVEIRA, 1997: 210). Engasgou-se em sua explanação ante um Barão dono de uma retórica invejável,

que passou vários meses, um pouco antes do julgamento, visitando aquelas terras e conversando com os seus moradores.

O convencimento que Rio Branco transmitiu ao júri deveu-se à maneira como conseguiu muito bem descrever os costumes locais, as relações dos nativos com a natureza e com as formas de poder existentes. Mais do que isso, citou vários nomes, de pessoas e lugares, falou da importância do meio para a sobrevivência das gentes e reativou antigos saberes locais, como se fossem conhecimentos já incorporados e integrados à cultura brasileira como um todo. Não foi o suporte científico e documental que sensibilizou os jurados em Berna, pois se disto depende-se a decisão, o aparato evidenciado por La Blache seria invencível. Este francês inovador da Geografia, contudo, ao fazer a defesa da pátria, distanciou-se até do seu próprio método empírico-dedutivo que usara para combater a geografia desumana de Ratzel. Assim, a obra geográfica do homem foi substituída pela sua representação, ou seja, pela obra cartográfica. O Barão, ao contrário, comoveu os jurados por ter sido hábil o suficiente em mostrar um melhor relacionamento com o saber local. Na prática fez aquilo que o emérito professor de Geografia sempre apregoou, mas dessa feita não realizou: o estudo dos gêneros de vida.

Para fechar esta forma de ver os lugares, aquela do saber que supõe ser mais legítimo, outros dois exploradores franceses indicados na lista de referências do texto merecem destaque: Jules Crevaux (1879 e 1883) e Henri Coudreau (1887 e 1893). Ambos não foram somente geógrafos na concepção acadêmica da palavra. Eram apaixonados exploradores profissionais de lugares míticos e exóticos. Crevaux nem ao menos era geógrafo. Formado em Medicina Naval, a partir de seus 30 anos de idade pôe-se a procurar a Serra de Tumucumaque. Esta cadeia de montanhas nunca antes alcançada seria o último braço distante dos Andes grafado nas cartas amazônicas com esse nome. A geografia dos séculos XVIII e XIX pretendia substituir os antigos lugares lendários dos viajantes, como, por exemplo, o “El Dorado”, pela verdadeira descoberta do relevo através da observação objetiva. Muitos exploradores perseguiram as portentosas escarpas de Tumucumaque como sendo o lugar real daquela antiga lenda. O médico francês foi o primeiro a atravessar aquelas montanhas e, para sua decepção, encontrou somente um conjunto de montes e colinas raramente ultrapassando os 500 metros de altura que imaginou ser o pé de monte andino. Nem um brilho de ouro. O

relato de sua viagem e a fantasiosa invenção de um mito moderno encontra-se em *Le mendiant de l'Eldorado: De Cayenne aux Andes (1876-79)*. Para realizar seu objetivo, contou com a ajuda de Apatou, um negro marrão da tribo *Boni*, seu fiel amigo e seguidor. Novamente se estabelece a ponte entre um nativo detentor de um saber específico com o cientista explorador. Crevaux foi também um dos pioneiros na subida do curso do rio Oiapoque, identificando afluentes, saltos e igarapés. Fez parte de uma geração de românticos e utópicos viajantes modernos tendo morrido aos 35 anos de idade num confronto com os índios *Tobas*, em outra viagem de exploração, esta no Chaco paraguaio, sem saber se as montanhas por onde passou anteriormente eram realmente as Tumucumaque.

O outro grande explorador, Henri Coudreau, além de ter objetivos semelhantes aos de Jules Crevaux – alcança a mesma cadeia quinze anos após – mantém também, em semelhança ao médico, o destino da morte prematura. Falece aos quarenta anos de idade, vítima de febres palustres. Coudreau faz parte de uma estirpe de geógrafos viajantes, profissionais a serviço dos interesses de seus governos. Sua grande obra, *La France Équinoxiale*, é prefaciada pelo Barão de Santa-Anna Nery, outro explorador e viajante brasileiro contemporâneo seu, que lhe tinha grande admiração². Coudreau também chegou àquelas mesmas montanhas com o auxílio dos índios *Waiãpi*, profundos conhecedores do lugar, de sua cobertura vegetal e de seus recursos naturais. Mediu distâncias e altitudes, fez a primeira medição topográfica sobre o Tumucumaque num estudo que contribuiria para o estabelecimento dos marcos franceses naquela zona de fronteira. Nos últimos quarenta anos, fotografias aéreas e estudos cartográficos mais detalhados realizados por Jean Hurault, provaram que essas demarcações foram absurdas invenções (1973). Muito provavelmente, Coudreau talvez nem tenha alcançado de fato seus cumes, afinal o que mais importava era provar a supremacia da técnica e da vontade francesa no lugar. Mas teria sido ele somente um embusteiro?

Não. Seu deslize ficou por conta do Tumucumaque. Durante quase toda a sua vida adulta morou na Guiana Francesa. O segundo volume de sua principal obra, denominado *Voyages à travers les Guyanes et l'Amazonie* (1887), foi o principal livro usado por Vidal de la Blache para compor a defesa francesa em Berna; livro, também,

² Foi Santa-Anna Nery quem prefaciou a edição francesa de *Voyages a travers les Guyanes et l'Amazonie*. No prefácio ele relata o encontro com Coudreau numa viagem de barco descendo o rio Amazonas em direção a Belém.

repetidas vezes lido pelo Barão do Rio Branco. Sustentado por recursos vultosos do governo da França para fazer esse mapeamento preciso de toda a região, Coudreau também estabeleceu por lá uma empresa comercial. O geógrafo chegou até a fixar residência na área litigiosa do Amapá, na vila de Cunani, um lugar estratégico durante a época da corrida do ouro, onde se tentou fundar uma república independente. Coudreau apoia e participa dessa empreita e isto lhe causou dissabores e atritos com governantes e intelectuais brasileiros. Porém, o que nos interessa aqui é perceber uma sutil diferença no olhar desse pesquisador que, embora trabalhasse a serviço do governo da França e do proveito próprio para a exploração comercial adjacente ao mapeamento das riquezas naturais ali encontradas, estabeleceu estreito contato com as gentes nativas da terra, não as desprezando, e admirando aquilo que muito tempo depois Foucault viria a chamar de acoplamento das memórias e saberes locais à Ciência. Admira, por exemplo, a capacidade de mistura e relacionamento do que ele entende por Brasil civilizado com os povos indígenas e vê residir nisto o grande valor do país. Aprecia o Brasil pelo contato permanente de sua civilização com os indígenas, pela intermediação dos diretores dos índios, pelos excelentes trabalhos lingüísticos, antropológicos e etnográficos (por exemplo, cita as obras de Couto de Magalhães, Gonçalves Dias, Batista Caetano e Severiano da Fonseca), e relatórios de viagens e itinerários extremamente preciosos, que segundo ele, não existem equivalentes na França em relação à Guiana Francesa. (COUDREAU, 1887)

Os elogios ao trânsito estabelecido no Brasil entre as diferentes classes sociais, grupos étnicos e níveis culturais, todavia, não o impediram de defender o território litigioso para a França, ou, melhor ainda seria para ele, de defender a constituição de um outro país. Acreditava que um dia, e esse dia estaria próximo, a Amazônia formaria um Estado independente do Brasil. Julgava o desprezo dos poucos funcionários públicos de Cunani como o começo da liberdade e previa que o Cunani independente seria uma das escolas de aplicação do socialismo futuro (COUDREAU, 1887: 387-432). Temos aqui a figura do homem público, detentor de saber específico e prático, que também tem tino comercial e insinua-se dentro do jogo político. No cômputo geral, contudo, sua Geografia encontra-se a serviço da exploração comercial e o seu socialismo não parece ser nada mais que um fútil jogo de retórica.

Creio, com este rápido jogo sobre os olhares científicos, que o geógrafo, seja ele um acadêmico ou um explorador, é antes de tudo um inventor. Um inventor que vê, observa minuciosamente e traça os desenhos particulares que lhe interessam. Trata-se então de situar e compreender que destino se dá a essa invenção, qual poder ela cria, quanto ela dura, quantos corações ela domina até se firmar como uma verdade que já pouco importa ser ou não questionada, até um dia cair no esquecimento, somente vindo a ser novamente recuperada ou desmontada pelo trabalho de um outro inventor qualquer.

VER E APROPRIAR: O OLHAR DO GOVERNO.

“Zarpados de Belém a meados de abril de 1920, após uns dias de navegação entraram na Baía do Oiapoque onde o histórico rio deságua no Oceano Atlântico[...]

Perpassaram Demont, onde estacionava um reduzido posto fiscal já em decadência, num baixio entre a Ponta do Mosquito e Juminã. Prosseguindo, alcançaram Santo Antônio, onde passava sua vida amesquinhada um pequeno contingente de militares, um cabo e quatro soldados, em frente à animada vila francesa de São Jorge.

Daí para cima, a paisagem mudou sensivelmente aos olhos de nossos observadores. O rio estreitava-se no seu álveo, embora apresentasse, de vez em quando, amplas enseadas a lhe entumecer o canal. Desapareceram as pequenas ilhas que lhe dividiam as águas na embocadura e no trecho a seguir. A margem brasileira até lá baixa e alagadiça alçava-se do nível das águas cada vez mais limpas formando barrancos encobertos de plantas de alto fuste; desaparecera a aningueira. Atrás deles pequenas colinas amantadas de floresta, as últimas da vertente norte da Serra Lombarda. Chegaram a Martinica, um lugarejo que tomara o nome de seu mais antigo morador, Emile Martinique, que, na época, vivia com outras cinco pessoas [...] Mais adiante, além da foz do afluente Pantanari, num morro chamado Sibéria, encontraram três moradores: João Paulino, Manoel Teodoro Alves e Cipriano Alves. O rio ali alargava suas ribanceiras que voltavam a estreitar-se cerca de dois quilômetros adiante, aos pés da Cachoeira Grand Roche, formando como que uma bacia pronta a acolher-lhe as águas espumantes de suas três gargantas. A terra firme, de pouco

superior ao nível das águas, formava uma grande chapa, as colinas bastante arredadas da beira. Sem dúvida o lugar apresentava-se um dos mais amenos e promissores para a futura fundação. Era o sítio desejado, ao menos tal se apresentava à primeira vista. E os estudos aprofundados que se seguiram o confirmaram.”

Narrativa criada pelo Padre Rogério Alicino a partir do relatório elaborado pela “Comissão Colonizadora do Oiapoque” em 1920 (ALICINO, 1971).

Mostramos aqui um pequeno trecho do resumo apresentado pela Comissão Colonizadora em sua primeira viagem ao Oiapoque. Nesse momento, o núcleo colonial ainda não existe. Ele será futuramente implantado naquele sítio que à primeira vista se mostrou promissor. O encarregado pelo governo federal para ser o chefe daquela comissão foi o engenheiro Gentil Norberto. Já havia conquistado fama de “durão” em outro interior amazônico. Durante a campanha pela ocupação do território do Acre – outro litígio brasileiro de fronteira, este, um confronto armado contra a Bolívia – lá esteve ele combatendo como ajudante-general do exército acreano. Após o fim da guerra, continuou vivendo por lá e chefiou outra comissão de colonização. Retornou ao norte do país para realizar, ao que parece, sua missão em vida: ocupar, colonizar e vigiar. As duas primeiras, exercitando o poder de soberania do Estado. A terceira missão, a de vigiar, praticando o exercício do poder disciplinar: impedir a fuga, primeiro, dos colonos agrícolas recrutados e, depois, dos prisioneiros políticos para lá enviados.

Acostumado às picadas de mosquitos, às visitas das cobras, ao calor abafado e úmido grudando na pele, Gentil, homem pouco afeito à vida na sociedade urbana, enchia-se de prazer em tocar uma empreitada daquele porte. Ali, nesses reinos hostis da natureza, sentia-se o todo poderoso. Foi com deleite que leu o relatório organizado pela Comissão antes de enviá-lo ao Ministro da Agricultura. A Comissão estava subordinada a esse ministério e, mesmo depois do núcleo agrícola transformar-se em um campo de prisioneiros, assim permaneceu. O relato preparatório da missão descrevia o que o engenheiro iria encontrar em sua ida definitiva ao terreno para a construção da grande obra na selva.

Naquele primeiro momento, o olhar dos funcionários do governo esteve menos interessado do que o dos geógrafos esteve nos grandes aspectos físicos da região ou nas

riquezas possíveis de serem exploradas. O percurso desses olhares vai sinalizando cada povoado que é encontrado. Ele já observa com mais cuidado onde existiam povoados anteriores. Do ponto de vista de quem vai colonizar, encontrar gente é um sinal de que, pelo menos naquela localidade, é possível a sobrevivência humana. Se matutos na selva já com certa idade vivem instalados em uma pequena comunidade, provavelmente as condições naturais não são tão adversas assim; portanto, é justamente onde os funcionários irão explorar melhor o terreno. Escolher uma clareira ampla, afastada da inundação do rio, em que já houvesse povoamento anterior, e cujo acesso fosse facilitado aos barcos para a chegada do material de construção foi o resultado desse olhar.

A idéia de colonizar o Oiapoque partira do senador paraense Justo Chermont, que fez de tudo para aprovar no Congresso uma emenda para “*a fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oyapock*”³. No fundo, a idéia parecia brilhante: tirar migrantes nordestinos da seca, assentá-los na fronteira e, assim, com gente brasileira, diminuir a influência francesa que acontecia naquela região. Por trás deste plano, depois se soube, havia um interesse bem menos patriótico em sua disposição. Chermont, também dono do jornal *O Estado do Pará*, era o maior proprietário de terras da região do Oiapoque (LEITE NETO, 1986).

O engenheiro Norberto, aparentemente, não estava interessado nessas prováveis mutretas. Homem técnico e patriota confesso, nunca se envolveu em futuras disputas eleitorais. Seu trabalho, comandar peões no meio da selva. Seu interesse, obter o cargo público que lhe garantisse os meios para alcançar esse objetivo. Por isso, Gentil Norberto nunca se indispôs com nenhum governo. O olhar dele e o de sua equipe, nessa beira rio erma viu somente aquilo que o governo, qualquer governo que fosse, gostaria que tivesse visto: um lugar bom, bonito e saudável para se morar e viver. Um lugar que, além de tudo, na versão do governo, se encontrava ameaçado pela invasão de uma potência estrangeira, um lugar necessitando de povoamento urgente, fosse ele de qualquer tipo⁴.

³ Cit. pelo Senador Miguel Calmon em discurso ao Senado reproduzido por *A Notícia*, de 04/01/1928.

⁴ Depoimento de Gentil Norberto publicado em *O Paiz*, 11/02/1927.

Portanto, a geografia da região para a primeira missão governista de colonização dessa fronteira no ano de 1920, tinha como função essencial detectar uma micro-região no meio daquela selva tropical à beira do rio Oiapoque. Um sítio estrategicamente localizado: protegido das cheias de inverno; nem tão próximo da baía atlântica, onde já havia povoamento, nem tão distante dela a ponto de impossibilitar o acesso. Assim, encontraram o último lugar de navegação possível antes das barreiras de pedra que a partir dali começam a se formar em direção às cabeceiras do rio. E, principalmente, um lugar já povoado, mas não suficientemente povoado a ponto de dificultar a desapropriação dessa gente. Uma geografia adaptada para a colonização e ocupação do lugar.

VER E SENTIR: O OLHAR DO HABITANTE⁵.

“A margem direita do Rio Oiapoque, no trecho compreendido entre a corredeira da Morna, a jusante, e a foz do Rio Pantanari, a montante, desde sempre ficara silente, desabitada e anônima, ninguém tosquiando-lhe o manto verde-escuro de sua densa vegetação, ninguém pisando-lhe o solo, a não ser ocasionalmente.

Um dia qualquer nos últimos anos da segunda década do século XX, um crioulo, uma cabana, uma roça quebrando-lhe o silêncio e rasgando-lhe o manto em que se envolvia, fizeram-na sair do anonimato. Tornara-se conhecida com o nome de Martinique (aportuguesado; Martinica).

Emile, seu primeiro morador, alcunhado Martinique pela sua proveniência da Ilha das Antilhas de tal nome, não teve a ambição de batizar, para conhecimento das gerações vindouras, aquele trecho de beira com o seu nome, embora primeiro o tivesse batizado com o seu suor [...]

⁵ Os textos que seguem apresentam a versão do Padre da paróquia para a origem da atual cidade de Oiapoque. Rogério Alicino viveu durante a década de 1960 entre os soldados do Batalhão de Caçadores sediado em Clevelândia do Norte. Juntou aos depoimentos que tomou em Clevelândia e em Oiapoque (de Joaquim Alves de Araújo e de Manoel Figueiredo da Silva, por exemplo), a pesquisa efetuada nos anais existentes no arquivo da Prefeitura Municipal. E fez esta versão romaneada e impregnada de toda a sua carga de subjetividade. Por enquanto ainda é o documento de vozes nativas, mais antigo que foi encontrado na região. Assim, será usada esta versão para tecer algumas considerações sobre o olhar do habitante, ciente da apropriação cultural ou ideológica que possa ter sido feita pelo padre.

Breve o crioulo tornou-se conhecido e falado pelos raros moradores ribeirinhos da época por causa de seu amor à música e à dança em que efundia toda a paixão própria da sua raça.”

Origem da cidade de Oiapoque contada pelo Padre Alicino – Arquivo da Prefeitura (ALICINO, 1970: 115-16).

“Falando da sua primeira viagem ao longo do Rio Oiapoque decorrendo o mês de janeiro de 1919, afirmou ter chegado a Martinica no dia 10 e encontrado ali: Emile Martinique, Raimunda Pereira, Raimundo Cezar, Manoel Patrocínio, Manoel Pereira, Martinho Magalhães e Ângelo dos Santos. Todos eles crioulos provenientes de Cunany, onde as minas, esgotando-se, não lhes garantiam mais o porvir.”

Depoimento de Manoel Figueiredo da Silva, 80, ao Padre Alicino.

Na falta de um começo glorioso para a cidade de Oiapoque, seu biógrafo oficial, o padre Rogério Alicino apela para a interpretação romanceada do nascimento de uma comunidade, que provavelmente foi fundada, como se depreende dos trechos documentais apresentados, por antigos negros quilombolas. Cunani, a vila de onde teriam provindo esses “crioulos”, situava-se bem no meio da antiga zona litigiosa franco-brasileira e já havia sido naquele passado recente um porto e entreposto comercial abastecendo a região das minas. Foi no tempo em que os negócios proliferaram na região com o anúncio da descoberta de ouro, a última década do XIX. A mesma época em que Henri Coudreau circulou incessantemente pela costa do território montando sua grande obra geográfica.

Antes desse *boom* econômico, porém, Cunani constituía-se somente em um centro habitado por ex-escravos das Antilhas e das Guianas, e escravos fugitivos brasileiros. Essa região setentrional da costa amazônica sempre foi visitada por um razoável fluxo internacional de pessoas vindas do Caribe. Através desses deslocamentos migratórios espaciais, a música e a culinária local sofreram as influências dos negros antilhanos. O calipso, o reggae, o zouk e o merengue, por exemplo, são ritmos musicais que penetraram durante todo o século passado nesse extremo norte brasileiro e influenciam ainda hoje a música tocada desde o Amapá até o Maranhão.

Durante o período de explosão da busca do minério de ouro, um grande contingente de aventureiros de todas as partes das Guianas, do Caribe e do norte do Brasil chegou, ocupando a vila e inflacionando o custo da vida local. Em torno de 6.000 pessoas povoaram a área em seu momento de maior circulação. Assim, assediada pelo excesso de aventureiros migrantes no fim do século XIX, parte daquela antiga população negra lá instalada, acostumada à vida de trocas no mocambo, foi sendo forçada a assalariar-se ou montar pequenos comércios. Durante essa transformação econômica, a maior parte dos velhos habitantes se dispersou.

Faz parte desse fluxo migratório gerado pela atração dourada e praticamente inexplorada pelos historiadores, a origem da vila de Oiapoque. Se Emile da Martinica chegou só até a beira do rio, se chegou com sua mulher e família, ou se chegou solteiro com um grupo, se já havia outros antes dele, ou se as terras eram desabitadas, não se sabe. É bastante provável até que, ao contrário dos outros habitantes do lugar, provindos de Cunani, Émile tenha vindo do norte, de Caiena. Deve ter chegado já no início do século XX, segundo os depoimentos, talvez em busca de ouro, afinal lá no Oiapoque também se encontrava o precioso metal. Instalou-se definitivamente nesse lugar que recebeu seu nome. Pescava, plantava e, quando precisava de algo mais, movia-se com sua canoa até o centro comercial de Saint Georges, a vila francesa do outro lado do rio. Era um tipo alegre, tocava gaita, cantava, dançava, portanto devia agradar às mulheres e foi tornando-se uma referência geográfica. Lugar de parada para quem subia o rio Oiapoque, ou para quem vindo lá de montante ia ao povoado da Guiana. Passou a ser visitado com frequência e, com o passar do tempo, cresceu em torno à sua morada uma pequena comunidade.

Emile, ou Martinique, como era mais conhecido, tinha seguramente uma ampla experiência de vida adquirida ao longo de suas andanças. Conhecia os desejos e as ambições das gentes em busca da riqueza fácil. Ele mesmo já protagonizara essa aventura. Ao mesmo tempo, só poderia sobreviver sozinho na beira da floresta conhecendo bem seus animais, suas plantas e dominando o ritmo da natureza. Portanto, a relação travada com o espaço que o cercava lhe proporcionou um tipo de saber constituído na luta pela sobrevivência com e contra as forças da natureza. Conseguiu dominá-las e irradiar uma atração pessoal. Isso o tornou uma referência para a comunidade em que vivia.

A mirada desse grupo de pessoas sobre o lugar onde habitavam era o olhar das gentes simples e abandonadas, das pessoas cuja vida está destinada à margem da modernidade, em permanente necessidade de integração com uma natureza quase virgem por uma simples questão de sobrevivência. Olham para o lugar como um espaço em que podem conseguir sobreviver como seres livres em um mundo dominado pelo jogo da exploração do homem sobre o homem. E constituem nesse espaço relações humanas e rituais festivos ou religiosos. E foi segundo esse jogo de trocas culturais que o espaço ocupado por Martinique tornou-se um marco geográfico.

COMENTÁRIOS

Todos esses olhares mencionados não são os únicos possíveis, nem os consideramos representativos de modos diferentes de olhar a geografia do lugar. São apenas exemplos tomados entre os documentos obtidos para discutir como são diferentes as relações que se estabelecem entre os homens e o espaço em que eles circulam ou de que falam.

Através do “olhar do habitante” mostramos alguns depoimentos e uma reconstrução narrativa de outros. Nesse caso, documentos que nos trazem, mesmo que tendo sido mediados pelo padre autor do texto final, a referência mais antiga que existe sobre os moradores daquele lugar, hoje compreendido entre a vila de Clevelândia e a cidade de Oiapoque. Tratam-se das lembranças de companheiros de vida daquele que teria sido segundo a lenda, o seu primeiro morador, Émile da Martinica.

Esse mesmo grupo de pessoas encabeçado por Émile também aparece no olhar inicial da expedição do governo em missão colonizadora. Em viagem realizada entre 1919 e 1920, ao lugar ainda pouquíssimo habitado (segundo o relato, apenas seis pessoas viviam em Martinica), os funcionários foram com o olhar etnográfico da civilização chegando ao encontro dos seus desgarrados. Talvez em função da necessidade de ocupar aquele espaço, a missão governista foi ao encontro dos habitantes e se relacionou com eles. As memórias mais antigas do lugar, as pistas deixadas sobre quem e como viviam os primeiros habitantes não índios daquela região do Oiapoque, esses caboclos e mulatos, foram guardadas no relatório científico daquela expedição. Portanto, no início da construção do futuro espaço civilizado os grupos que futuramente

se tornariam a elite regional tiveram de se aproximar do espaço efetivamente vivido. Por pouco tempo, é verdade, duraria esta relação, mas a estratégia colonizadora requer e pratica esta interação entre o saber institucional e o saber local.

Em contrapartida, a visão do mesmo grupo humano não é sequer comentada pelo geógrafo Le Cointe. Tampouco é encontrada em qualquer outro trabalho geográfico que transite entre os anos de 1900 a 1930, por exemplo. Os relatórios científicos dos geógrafos, engenheiros e cartógrafos em viagem de reconhecimento ao Oiapoque se limitaram a uma descrição superficial das vilas e cidades existentes. O povoamento difuso que há em toda a região ribeirinha é ignorado. Somente Henri Coudreau e Jules Crevaux, na penúltima década do século XIX e depois Jean Hurault na década de 1940, tiveram a preocupação e o interesse de estabelecer contato com as populações instaladas na margem do grande rio. Mas esses pesquisadores foram aqueles que fizeram um trabalho de exploração geográfica misturado com uma pesquisa etnográfica e viveram efetivamente naquele espaço, trocando e se relacionando com os índios e outros nativos, mesmo que essa busca tivesse objetivos econômicos, como no caso de Coudreau. Mas usaram o espaço como lugar de troca. Le Cointe não. Ele representa o clássico saber acadêmico de uma geografia meramente física e cartográfica que observa a terra do alto como se navegasse um satélite. A mesma geografia que derrotou Vidal de la Blache em Berna. Uma geografia que não interage com o espaço físico que estuda, portanto não se relaciona com a vida que o habita, nem sequer para explorá-lo economicamente. Esta etapa somente viria num segundo momento. Essa é uma geografia que, mesmo que não seja esse seu objetivo direto, acaba por se transformar em uma administração do saber a serviço de um poder de dominação.

Portanto, é possível perceber, ainda que de modo vago, pelo menos duas grandes produções diferentes do espaço. Uma delas, que é aquela do espaço efetivamente vivido, humanamente explorado, em que o controle sobre ele se faz através de uma troca relacional entre os grupos que nele vivem produzindo conflitos e disputas pela posse das terras e poderes locais. Uma outra que é superficial ou, marginal, em que as pessoas não se integram nem interagem. Talvez esta última seja determinada pelo fato dos indivíduos estarem contra a sua própria vontade naquele lugar, ou ainda, pelo fato de estarem realizando um trabalho científico ou administrativo em um lugar onde não se

pretende a criação de vínculos pessoais. Nestes casos, a produção histórica desse espaço não se materializa, nem se vive; quando muito, apenas se mapeia.

BIBLIOGRAFIA

- ALICINO, Padre Rogério. 1971. *Clevelândia do Norte*. Biblioteca do Exército.
- CAETANO DA SILVA, Joaquim. 1861. *L'Oiapoc et l'Amazone*. Hachette.
- COUDREAU, Henri. 1887. *France Équinoxiale. 3 vol.* Chalamel Ainé.
- _____. 1893. *Chez nos indiens: quatre annes dans la Guyane Française (1887-1891)*. Hachette.
- CREVAUX, Jules. 1879. *Le mendiant de l'Eldorado: De Cayenne aux Andes (1887-1879)*. Phébus.
- _____. 1883. *Voyage dans l'Amerique du Sud*. Hachette.
- FOUCAULT, Michel. 1995. *Microfísica do poder*. Graal.
- _____. 2003. *Ditos e Escritos, Vol. 3*. Forense.
- LE COINTE, Paul. 1945. *O Estado do Pará*. Ed. Nacional.
- _____. 1947. *Amazônia brasileira III*. Ed. Nacional.
- LEITE NETO, Leonardo (coord.). 1986. *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros. 1826 a 1986 – Vol. III*. Brasília. Centro Gráfico.
- OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. 1997. *A última página do Gênesis*. Tese de doutorado em Geografia. FFLCH/USP.
- ROMANI, Carlo. 2003. *“Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil.” Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927)*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP.
- SANTOS, Milton. 1978. *Por uma geografia nova*. Hucitec.
- _____. 1997. *Técnica, espaço tempo*. Hucitec.
- SOJA, Edward. 1993. *Geografias pós-modernas*. Jorge Zahar.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. 1898. *Le contesté franco-bresilien en Guyane, Annales de géographie tomo VII*. Paris.
- _____. 1901. *Le contesté franco-bresilien en Guyane, Annales de géographie tomo X*. Paris.